

## MARCAS DA SUBJETIVIDADE NO GÊNERO DISCURSIVO DIDÁTICO - CIENTÍFICO

Rosângela Rocio Jarros Rodrigues<sup>1</sup>

**RESUMO:** A Análise do Discurso de linha francesa forma a base teórica desse artigo que busca identificar as marcas da subjetividade na construção de enunciados escritos por alunos de estágio da área de psicologia do trabalho de uma Instituição de Ensino Superior pública. A análise corresponde à identificação das marcas de subjetividade representadas pelo: pronome, tempo verbal, marcadores conversacionais, grau de envolvimento e atenuação. Os resultados indicam que, embora a academia defenda a objetividade e a neutralidade do enunciador na escrita, não é possível apagar completamente as marcas da subjetividade. Concluimos, o enunciador projeta sua subjetividade mesmo no gênero discursivo didático-científico.

**Palavras-Chave:** Análise do Discurso, Subjetividade, Gênero do Discurso.

**ABSTRACT:** *This article is based on French Discourse Analysis propositions to identify the marks of subjectivity from a written report produced for a probation course phase in the area of Working Psychology of public university. The analysis correspond the identification of subjectivity marks illustrated at: pronoun, verbal time, discourses marking, envelopment dimension and attenuation. The results indicate, the academic defend the objectivity and the neutrality of enunciator at writing, but is impossible to delete the subjectivity marks. We may conclude, the enunciator project your subjectivity at discursive gender of didactic-scientific.*

**Keywords:** *Analysis of Discourse; Subjectivity; Discursive Gender.*

### 1. O Gênero Didático-Científico: o Discurso de Submissão à Objetividade

A vida cotidiana é, sobretudo, a vida com a linguagem, e é por meio dela, que se dá a representação da realidade. O meio social é a vida partilhada por todos os sujeitos submetidos ao mesmo sistema de sinais lingüísticos. Sendo um sistema de sinais, a linguagem tem a qualidade da objetividade. Ao nascer a criança já encontra a linguagem posta como factividade externa e exercendo efeitos coercitivos sobre ela. A linguagem força os sujeitos a entrarem em seus padrões, conforme Berger e Luckmann (1990).

---

<sup>1</sup> Doutoranda do curso de Estudos de Linguagem da Universidade Estadual de Londrina e docente da área de Psicologia do Trabalho. e-mail: [jarros@uel.br](mailto:jarros@uel.br)

As condições de produção interferem no funcionamento da língua, tanto os enunciadores quanto os enunciatários lidam com textos situados em contextos sócio-históricos. As condições de produção englobam: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente.

Assim, no interior de uma instituição escolar há o “lugar” do diretor, do professor, do aluno, cada um marcado por propriedades diferenciais. No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis, acham-se representadas por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. (BRANDÃO, 2004, p.44)

A linguagem é carregada de dinamicidade e heterogeneidade como é próprio da rede de relações interpessoais que se materializa por meio dela. Na modalidade da língua falada o outro é um ser real, que age junto, portanto, interage por meio da criação de um espaço comum partilhado entre interlocutores. O componente central da língua falada é o envolvimento, a intersubjetividade, o monitoramento do ouvinte e do falante. O planejamento da língua falada é local, por isso são constantes as hesitações e os truncamentos permitindo a retomada do tema para ganhar tempo e planejar o que se vai dizer.

Na língua escrita o interlocutor não é real, é virtual. O contexto comum partilhado é mais amplo, o texto constrói seu próprio contexto. A intersubjetividade existe, mas controlada, reflexiva e está ligada a obtenção de um efeito de sentido. Há um planejamento prévio e é possível reformulações.

A escrita se molda conforme os padrões preestabelecidos pelo grupo institucional que compõe determinado contexto, por exemplo, as normas que o enunciador deve observar para produzir um texto científico e ser aceito pela academia.

Todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um gênero de discurso. Essas categorias variam em função do uso que delas se faz e correspondem às necessidades da vida cotidiana. A categoria do discurso científico, didático, indica aquilo que se faz com o enunciado, qual é a sua orientação comunicacional.

(...) o gênero discursivo é um dispositivo de comunicação que só pode aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes. O gênero do relatório de estágio, por exemplo, supõe a existência de empresas e de estudantes que buscam experiência

profissional, de professores para aplicar e avaliar as tarefas escritas e, acima de tudo, de todo um sistema de ensino aberto ao mundo do trabalho. (MAINGUENEAU, 2001, p.61)

O gênero discursivo pertence a uma comunidade discursiva, ou seja, uma coletividade que partilha das normas preestabelecidas. Dizer que o gênero de discurso é um contrato significa afirmar que ele é fundamentalmente cooperativo e regido por normas. As normas compõem o conjunto de direitos e deveres associados ao gênero que podem ser transgredidas pelos usuários e é por meio da transgressão de uma regra, explícita ou implícita, que torna possível descobrir o que está subentendido. “Todo gênero de discurso exige daqueles que dele participam que aceitem um certo número de regras mutuamente conhecidas e as sanções previstas para quem as transgredir”, conforme Maingueneau (2001, p.69)

A submissão a determinado gênero discursivo implica acatar as normas estabelecidas anteriormente pela comunidade discursiva. Para Brait (2002, p.150) “o gênero discursivo diz respeito às coerções estabelecidas entre as diferentes atividades humanas e os usos da língua nessas atividades, ou seja, as práticas discursivas implicam necessariamente coerções”. Coagir é impor o respeito à norma que implica na submissão do sujeito ou a transgressão, no caso, a violação do que está posto como norma. Os aspectos normativos que caracterizam a língua escrita no gênero discursivo científico são: o distanciamento, a impessoalidade e a formalidade.

No texto científico, enunciador e enunciatário não ocupam o mesmo tempo e espaço no momento de desempenhar suas tarefas de elaborar e decodificar a mensagem escrita. O enunciador mostra-se menos preocupado consigo mesmo, ou com qualquer tipo de interação direta com seu enunciatário virtual. Nesse tipo de gênero, a preocupação centra-se na elaboração de um texto consistente e defensável segundo os padrões estabelecidos pela academia. Alguns recursos linguísticos são empregados para obtenção desse efeito de distanciamento que reverbera como impessoal e objetivo.

Isso não quer dizer que, no texto escrito, não haja interação, pois o enunciador tem de levar em conta o enunciatário do texto que redige. Diz respeito à posição que o enunciatário ocupa na formação imaginária do enunciador e as condições de produção que o rodeiam.

Além da preocupação com a estruturação formal do texto, há os sentidos que o enunciador quer produzir. O entendimento do texto escrito não diz respeito apenas ao conteúdo semântico,

mas à percepção das marcas de seu processo de produção, geralmente camufladas nos enunciados. Essas marcas orientam o interlocutor no momento da leitura, na medida em que são pistas linguísticas para a busca do efeito de sentido pretendido pelo produtor, considera Fávero et al (1999).

No gênero discursivo científico há tradição de objetividade e imparcialidade, mas nada mais são que efeitos de sentido. O sujeito da enunciação faz uma série de escolhas linguísticas tendo em vista os efeitos de sentido que deseja criar.

Existem recursos que permitem “fingir” essa objetividade, que permitem fabricar a ilusão de distanciamento, pois a enunciação, de todo modo, está lá, *filtrando* por seus valores e fins tudo o que é dito no discurso. O principal procedimento é de produzir o discurso em terceira pessoa, no tempo do “então” e no espaço do “lá”. (...) Finge-se distanciamento da enunciação, que, dessa forma, é “neutralizada” (...) Além de produzir efeito de verdade objetiva (...). (BARROS, 2005, p.55-56)

Os níveis de objetividade *versus* subjetividade decorrem da oposição dos efeitos de sentido de aproximação *versus* distanciamento da linguagem. Quanto mais distante o enunciador se apresentar nos enunciados, sem marcas de envolvimento, o texto será considerado objetivo, neutro e justo, porém são efeitos de sentido.

*Objetividade* é uma palavra polissêmica, pode significar tanto a *neutralidade* quanto *justeza*, isto é, *adequação* a um referente. Na linguagem, na verdade, não há nem uma nem outra. O que há são efeitos de sentidos produzidos, no primeiro caso, por um apagamento das marcas de enunciação no enunciado e, no segundo, por um controle dos termos mais nitidamente avaliativos. Objetividade linguística não existe, mas, por meio de certos procedimentos, chega-se ao efeito de sentido de objetividade. (FIORIN, 2005, p.99-100)

A produção do discurso em primeira pessoa, cria o efeito de subjetividade, pois traz a narração e a visão dos fatos segundo quem os viveu, impregnados de parcialidade. Subjetividade e parcialidade não são efeitos de sentido ou padrões normativos que o gênero discursivo científico tem como característicos. Para Granger apud Possenti (2002, p.239) “o que caracteriza fundamentalmente o trabalho científico é a progressiva estruturação da linguagem científica, o que significa a progressiva eliminação do vivido – do vivido enquanto representado na linguagem não científica, evidentemente”.

Sempre os sujeitos e a subjetividade estarão constituindo a linguagem, mas faz parte do gênero discursivo científico, do sistema de produção dos seus enunciados, a camuflagem da subjetividade.

Apesar da inevitável presença dos sujeitos, é crucial o trabalho de redução do vivido, da experiência pessoal, do interesse, da ideologia. Quanto mais essas características se reduzem e mais se obtém uma linguagem estruturada, mais próximo se está do enunciado científico (isto é, do estilo do enunciado científico) (...). (POSSENTI, 2002, p. 240)

A ciência é um discurso e como tal é determinado pela história e pelas condições de produção. A ênfase pela objetividade tem suas raízes na formação teórico-metodológico fundamentada nos princípios positivistas que predominaram nas ciências humanas.

Afirmando o caráter ilusório da experiência vivida, as ciências humanas assumem uma ruptura semântica com a linguagem do sentido comum. A objetividade e a neutralidade científicas se colocam como metas para escapar da ordem dos valores e das significações e, conseqüentemente, ingressar no domínio dos fatos. Nessa perspectiva, o olhar do homem sobre si mesmo deve ser frio, objetivo e calculista. (SOUZA, 2000, p.31)

A adoção do paradigma positivista das ciências naturais pelas ciências humanas ilustra a ruptura semântica, o distanciamento na busca das significações. Sabe-se que ao positivismo interessava “o conhecimento objetivo do dado, alheio a qualquer traço de subjetividade” e defendiam a bandeira da neutralidade da ciência, como aponta Triviños (1994). Hoje percebemos o movimento das ciências humanas em questionar os princípios de objetividade e de neutralidade, procurando implicar os sujeitos que praticam a ciência evitando que atuem como meros reprodutores do *status quo* científico.

A reprodução dos princípios científicos se dá especialmente na formação acadêmica dos cientistas.

O que ocorre é que o domínio da linguagem técnica é parte importante do aprendizado do cientista. Um estudante de medicina não fala mais em “derrame”, mas em “acidente vascular-cerebral” ou, simplesmente, em “AVC”, até mesmo como parte de sua estratégia de identificação com a corporação. (...) Do ponto de vista do treinamento do cientista, parece evidente que ele implica num processo de subjetivação que produz como efeito um assujeitamento às regras do discurso de um grupo institucional (...). (POSSENTI, 2002, p.248-249)

Dessa forma, devemos considerar a proposição de Brait (2002, p.148) “não é possível falar de gêneros sem pensar na esfera de atividades específicas em que eles se constituem e atuam, aí estão implicadas as condições de produção, de circulação e de recepção”. Assim, ressaltam-se a importância dos fatores (micro e macro) contextuais presentes nas relações sociais onde as enunciações são produzidas.

Cada esfera de atividade composta pelo trabalho diário é uma soma de objetivações linguísticas referentes à ocupação profissional, que constitui um campo semântico que ordena de maneira significativa às rotinas de trabalho. A linguagem, enquanto produto histórico traz representações, significados e valores existentes em um grupo profissional, e como tal, é veículo da ideologia do grupo.

Portanto, o cientista, o profissional, qualquer enunciador está imerso numa rede intersubjetiva de relações, preso a processos ideológicos que influenciam ou até determinam o modo de representar a realidade, com isso, a neutralidade ou a objetividade tornam-se princípios muito distantes de serem alcançados.

## **2. Subjetividade: Noção de Sujeito e Dialogismo**

A subjetividade é a capacidade do enunciador se colocar como sujeito, com o estatuto lingüístico da pessoa, é quem diz: - eu. “É na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem funda realmente na sua realidade, que é a do ser, o conceito de *ego*”, conforme Benveniste (1992, p.50).

Na linguagem, as formas linguísticas possibilitam a expressão da subjetividade, porque enquanto formas “vazias”, cada enunciador se apropria delas estabelecendo relações entre um *eu* e um *tu*. A subjetividade na linguagem é clarificada primeiramente pelo emprego dos pronomes pessoais.

Os pronomes pessoais é o primeiro ponto de apoio para o esclarecimento da subjetividade na linguagem. Destes pronomes dependem, por sua vez, outras classes de pronomes, que têm o mesmo estatuto. São os indicadores da *déixis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais à volta do “sujeito” tomado como ponto de referência: “isto, aqui, agora”; e as suas numerosas correlações: “aquilo, ontem, no ano passado, amanhã” etc. Tem em comum definirem-se somente em relação à instância de

discurso em que são produzidos, isto é, sob a dependência do eu que aí se enuncia. (BENVENISTE, 1992, p.53)

As marcas da subjetividade são identificadas nos enunciados por meio da utilização dos pronomes, dêixis, demonstrativos, advérbios, adjetivos situados dentro de coordenadas espaço-temporal: *eu/tu*, *aqui* e *agora*; ou *ele*, *lá* e *então*. A subjetividade e a intersubjetividade são marcadamente maior no emprego *eu/tu*, a objetividade tem seu efeito atingido pelo uso do *ele*, denominado de não-pessoa.

Porém, segundo Brandão (2004, p.58), “o sujeito de Benveniste é um *eu* que se caracteriza pela homogeneidade e unicidade e se constitui na medida em que interage com um *tu* opondo-se ambos à não-pessoa, *ele*. (...) na relação é o *eu* que tem ascendência sobre o *tu*”. Nessa concepção, na enunciação a subjetividade é caracteristicamente egocêntrica, pois o sujeito é único, central, origem e fonte de sentido.

Há outra perspectiva que considera o sujeito marcado em sua fala pelo tempo e lugar vividos socialmente, portanto sujeito histórico e ideológico. A marcação da subjetividade está no sujeito situado *hic et nunc*. Então, temos o sujeito que “situa o seu discurso em relação aos discursos do outro. Outro que envolve não só o seu destinatário para quem planeja, ajusta a sua fala (nível intradiscursivo), mas que também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala (nível interdiscursivo)”, conforme Brandão (2004, p.59).

Dessa maneira a linguagem está assentada na heterogeneidade e na opacidade do sentido produzido, como a subjetividade está relativizada pelo espaço discursivo incorporado também pelo outro como constitutivo do sujeito. Há uma relação dinâmica entre identidade e alteridade, ora há polarização pelo *eu* ora pelo *tu*, permeados pelas condições de produção sócio-históricas presentes no espaço discursivo. Aurox (1998, p.266) postula sobre a prevaência e proeminência do *Outro* sobre o sujeito, pois a linguagem, que “dá forma à gênese do sujeito (o “cenário familiar”) é o meio no qual o indivíduo é mergulhado desde o nascimento. Um meio que o sujeito deverá *subjetivar*, onde ele deverá reencontrar *nele* sua própria história, e que Lacan designa como lugar do *Outro*”.

Essa perspectiva se fundamenta na teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, que tem o sujeito dividido, clivado, cindido, descentrado, como efeito de linguagem, descreve Brandão (2004).

Essa noção resgata o sujeito dividido (eu, o outro e o inconsciente) por isso heterogêneo, descentrado, pois não é fonte da linguagem, mas nutre-se dessa ilusão. Sujeito como efeito de linguagem que constitui a si próprio no processo de identificação que ocorre na sociedade. ‘Sou o que sou porque o outro diz o que sou’.

O sujeito se constitui como espaço de tensão entre uma subjetividade livre e uma subjetividade assujeitada às coerções das condições de produção, essa é a ambigüidade vivida pelo sujeito. Novamente se repõe o sujeito dividido, descentrado e efeito de linguagem porque submetido às formações discursivas e ideológicas, ora iludido com a centralidade do ser, ora consciente de sua limitação, e inexoravelmente, surpreendido por atos falhos.

Quando alguém, falando diz uma palavra inesperada, algo diferente do que se pensava, pode-se considerar que: a intencionalidade foi superada pela palavra, e quem falou não fica indiferente perante este fato e, que o efeito da palavra, ao dizer mais que o esperado, acabou revelando um desejo desconhecido. “Isso acontece dentro da dimensão do diálogo. E nela, quem escuta determina a quem falou. Se alguém pensava estar dizendo uma coisa e suas palavras manifestaram outra, ficará sabendo o que foi que realmente disse, a partir de como suas palavras lhes são devolvidas”, conforme Cesarotto e Leite (1989, p.48).

Também os textos escritos resultam de diálogos, pois entre o “escritor” (o enunciador) e o “leitor” (enunciatário), se estabelecem relações intersubjetivas. O texto escrito emprega “procedimentos linguísticos e discursivos para construir as relações intersubjetivas e as demais vozes do discurso, sob a forma, sobretudo de um complexo jogo de projeções da categoria de pessoa no discurso”, aponta Fiorin (2005, p.68).

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004, p.160) “o dialogismo é um conceito emprestado do Círculo de Bakhtin e que se refere às relações que todo enunciado mantém com os enunciados produzidos anteriormente, bem como os enunciados futuros que poderão os destinatários produzirem”. Portanto, seja na escrita ou na fala outras vozes estão presentes ancorando os enunciados e se rerepresentando num novo tempo e espaço.



O Outro é um lugar, uma função, um código. Segundo Roudinesco e Plon (1998, p.558) o Outro é um termo utilizado por Jacques Lacan para designar “um lugar simbólico – o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente, ou, ainda, Deus – que determina o sujeito, ora de maneira externa a ele, ora de maneira intra-subjetiva em sua relação com o desejo”. O Outro é constitutivo inerente da história social dos homens e apropriado pelo sujeito por meio dos processos de socialização na vida cotidiana.

Dessa forma, os enunciados, escritos ou falados serão sempre atravessados pelo discurso do Outro. Como aponta Authier-Revuz (1998) “sob nossas palavras ‘outras palavras’ se dizem”, há uma polifonia. O discurso do outro se coloca assim como constitutivo do tecido de todo discurso, um entrelaçamento polifônico, um jogo de vozes cruzadas que se complementam, concorrem entre si, sem deixar de ser contraditória.

Bakhtin (2004, p.41) vê a palavra penetrando em todas as relações dos sujeitos na vida cotidiana e considera que as mesmas “são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. O discurso teria duplo direcionamento dialógico: o primeiro voltado para os “outros discursos” que formam o conjunto de fios ideológicos do tecido discursivo, e o segundo, endereçado ao próprio enunciatário como imaginado pelo enunciador. Portanto, o discurso não é monológico, mas dialógico e polifônico, com várias vozes compondo um determinado texto.

### **3. Condições de Produção e *Corpus***

A metodologia desse estudo se funda na consideração das “condições de produção do dizer como constitutivas desse próprio dizer: assim, quem fala, para quem se fala, o que se fala, como se fala, em que situação, de que lugar da sociedade etc. são considerados elementos fundamentais do processo de interlocução que estabelece a linguagem”. (Orlandi, 1989, p.24)

O local de realização da pesquisa trata-se de uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública situada no norte do Paraná. O curso de psicologia na IES em estudo foi implantado em 1972 e reconhecido em 1978. Nestes anos, o curso de Psicologia já passou por quatro mudanças curriculares. Hoje está em vigência o quarto currículo, sendo que, no quinto ano da grade, o aluno

realiza obrigatoriamente o estágio supervisionado na área de psicologia do trabalho (também denominada de psicologia organizacional). A carga horária é de 204h anuais.

O estágio em psicologia do trabalho ocorre predominantemente em empresas privadas. As temáticas de trabalho são: seleção de pessoal, treinamento, avaliação de desempenho no trabalho, clima e cultura organizacionais, saúde do trabalhador e prevenção de acidente de trabalho, programa de aposentadoria, entre outras.

Ao final do ano letivo, o aluno elabora o relatório das atividades de estágio. O relatório é composto pelas seções de: fundamentação teórica, metodologia, resultados, discussão, conclusão, bibliografia e anexos. O aluno deve elaborar seu relatório seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e redigir o texto em terceira pessoa.

Os relatórios são confeccionados sob a supervisão direta do professor que o orientou. Um exemplar é entregue ao professor para que atribua à nota e, outro exemplar, é entregue para o responsável do campo de estágio, que no caso, é o representante da empresa.

Os enunciadores do *corpus* são alunos do curso que pela primeira vez realizam o estágio na área. Os enunciatários são os representantes do campo de estágio (graduados ou não em psicologia) que ocupam posições de liderança na empresa (diretor, gerente ou encarregado de departamento do pessoal); o professor; demais alunos e professores do curso de psicologia que continuarão o estágio no local relatado.

A análise do *corpus* foi desenvolvida segundo os procedimentos apresentados por Fernandes (2006), que estão na seguinte ordem:

- a) Definição do material de acordo com o quadro tipológico do trabalho e periodicidade;
- b) Verificação do grau de engajamento ou rejeição às marcas de subjetividade nos enunciados;
- c) Classificação dos procedimentos discursivos predominantes segundo a escolha do enunciador;
- d) Avaliação dos enunciados de maior ocorrência, segundo cada categoria de análise estabelecida, ilustrada com dois ou três exemplos recorrentes, por ser uma quantidade suficiente para a compreensão da mesma.

A seguir, apresentamos a seção de resultados com as análises que apontam as marcas da subjetividade identificadas junto aos enunciados escritos de 21 relatórios de estágio da área de psicologia do trabalho distribuídos no período de 1998 a 2006.

#### 4. As Marcas da Subjetividade em Relatórios de Estágio de Psicologia do Trabalho

É característico da língua falada o envolvimento dos interlocutores com o assunto da conversa. “Há dois tipos de envolvimento: o do falante consigo mesmo ou ego-envolvimento, e o do falante com o ouvinte, relacionado com a dinâmica da interação com outra pessoa. O ego-envolvimento é explicitado pelos pronomes da 1ª pessoa do singular *eu* e *me*.(...) *Nós, a gente*”, conforme Chafe apud Rodrigues (2001, p.23). Segue um trecho do relatório de estágio retratando o envolvimento do enunciador consigo próprio:

De acordo com a **nossa** proposta **passamos** a acompanhar a evolução histórica do Projeto Meninos e Meninas de Rua em Situação Especial (...). (A., 1998, p.23)

É o próprio enunciador que fala de si na primeira pessoa do plural, pois somente ele é o proponente da “proposta” que trata o enunciado. Mostra o ego-envolvimento como se dissesse: “De acordo com a *minha* proposta *passsei* a acompanhar...”, porque esse *nós* é ele próprio. Para obter o efeito de objetividade e distanciamento como apregoa a norma acadêmica, o enunciado seria: “De acordo com a proposta apresentada *passou-se* a acompanhar...”.

No gênero discursivo científico o pronome recomendado para uso é o *ele*, o não-pessoa, encontramos no *corpus* analisado o emprego sim do *ele*, todavia constatou-se a utilização da primeira pessoa do plural o *nós*, demonstrando o movimento discursivo do enunciador para envolver o enunciatário.

Sendo assim, **podemos** pensar que a terceirização é, essencialmente, um processo de gestão participativa, onde não há espaço para a individualidade, para a centralização das decisões. (...) **Lembremos** as situações que envolvem riscos para a própria vida ou integridade física (...). (J., 1999, p.3 e 11)

Muitas vezes ao **pensarmos** no trabalho do psicólogo dentro de uma organização já **evocamos** a idéia deste profissional à frente do setor de Recursos Humanos da empresa (...). (C., 2000, p. 18)

**Devemos** considerar que a cultura organizacional foi mudando ao longo dos anos, ou seja, houve uma evolução na maneira de motivar as pessoas a trabalharem. (E. et al, 2000, p.5)

Nos exemplos acima, observa-se uso de verbos na primeira pessoa do plural, tais como: *podemos, lembremos, pensamos, evocamos*. Constituem marcas de subjetividade e intersubjetividade utilizadas pelo enunciador representadas, sobretudo, por verbos na primeira pessoa do singular e do plural.

O sinal que mostra a tentativa de não-envolvimento do enunciador com o enunciatário é o uso da voz passiva utilizando o pronome apassivador *se*, que segundo Rodrigues (2001, p.30) é um procedimento "raro e artificial, muito do gosto técnico-científico", assim se consegue produzir o efeito de distanciamento.

**Analisando-se** o atendimento oferecido aos outros clientes, **nota-se** que este, em alguns momentos (...). (C. e L., 2001, p.15)

**Observou-se** uma grande sobrecarga de tarefas para os gerentes que muitas vezes são vistos como máquinas (...). (K. et al, 2000, p. 17)

**Tinha-se** a intenção de se aprofundar na questão da inserção do PSF, entretanto o grupo mostrou-se bastante agitado ao falar do passado (...), **seguindo-se**, então, o término da sessão. (A. et al, 1999, p.33)

No texto científico escrito, o uso da voz passiva é um recurso linguístico útil para produzir o distanciamento e criar o efeito de neutralidade e objetividade. Efeitos compatíveis com os princípios do paradigma positivista. Contudo, nem sempre isso é obtido e marcas da subjetividade vêm à tona, por outros meios alheios à utilização dos pronomes, mas por enunciados que expressam a opinião do enunciador.

**Infelizmente**, quanto à aplicação dos pré-testes muitos acontecimentos, como: a reunião de pessoas na última hora, chefes irritados, (...). (M., 1999, p. 25)

**Infelizmente**, são poucos os profissionais que buscam rever o seu referencial teórico. (E. et al, 2000, p.2)

**Longe de** se procurar desmerecer a formação desse modelo, (...). (S. et al, 2000, p.1)

O emprego de advérbio favorece a mudança de sentido e nos exemplos dados o enunciador utiliza *infelizmente* que denota o advérbio de modo e a locução adverbial de negação *longe de*. Esses recursos linguísticos expressam a opinião do enunciador acerca do que segue no enunciado, sendo que o terceiro exemplo há um duplo sentido, revela a preocupação em distanciar-se e não comprometer-se, mas ao fazer isso fica presumido que a “formação em tal modelo é desmerecida por outrem”.

Para evitar a exposição de opinião o enunciador utiliza de modalizadores. Os modalizadores de opinião como *parece que*, *diz que*, são utilizados para diminuir ou não haver envolvimento, como consta nos exemplos a seguir. É o recurso do enunciador de se refugiar na voz indistinta da multidão. Ao mesmo tempo em que, o enunciador cria o efeito de sentido de imparcialidade e objetividade, há a preservação de face que é o princípio de defesa da auto-imagem pública. As pressões do grupo discursivo não se restringem às interações, mas nas formas gramaticais, segundo Castilho (1989).

Porém, **parece que** o pedido dos meninos era de um lar, um referencial e não uma casa que restringisse a liberdade desses. (A., 1998, p.39)

**Parece** haver um descontentamento com a posição do funcionário público, isso pode ocorrer devido à falta de aumentos e atraso nos pagamentos. (E., 1998, p.29)

**Diz-se que** o comportamento de alguém está sendo reforçado positivamente quando depois de fazer algo ou tomar uma atitude, segue-se uma conseqüência positiva (...). (F., 2000, p.4)

Utilizando os modalizadores de opinião, o enunciador tem o intuito de não se responsabilizar por aquilo que diz, demonstrando dúvida e incerteza quanto aos seus argumentos. Assim, evitam questionamentos e objeções. Há atenuação das marcas de subjetividade e com isso diminui a força ilocutória do enunciado, principalmente quando o enunciador se expõe de forma direta.

O uso dos procedimentos atenuadores não deixa de ser marcas do envolvimento do enunciador com o enunciatário, porém criam o efeito de sentido de objetividade. A escolha dos

verbos é outro procedimento linguístico útil para atenuar os enunciados, como o uso da forma verbal de futuro pretérito (*perguntaria, poderia*), aponta Rodrigues (2001).

Frente ao RH, este profissional **atuaria** como este agente transformador (...). (R., 2000, p.33).

A carga psíquica do trabalho **estaria** ligada a elementos afetivos e relacionais. (E., 1998, p.1)

Ressalto que a continuidade de tal trabalho **seria** de grande importância, visto que constantemente ocorrem transformações nas relações de trabalho (...). (F., 2004, p.16)

O tempo verbal do futuro do pretérito é empregado para exprimir uma opção ou um fato futuro hipotético (*atuaria*), atenuar uma expressão por respeito, polidez (*seria*), ou expressar uma incerteza a respeito de um fato já ocorrido, em geral, por meio de tempo composto (*estaria ligada*). Percebe-se o movimento do olhar do enunciador para o exterior, num gesto de desprendimento do tempo presente criando o efeito de sentido de distanciamento.

No sentido oposto do distanciamento, outra marca de subjetividade é o envolvimento que o enunciador busca ao lançar perguntas para o enunciatário.

E por que, deve estar se perguntando o leitor, esta prática em psicologia, é como se diz acima, tão criticada ? (M., 1999, p. 1)

Onde encontrar nas relações estabelecidas entre homem e trabalho uma forma de realização pessoal ? (...) Onde buscar então indícios que afastam o homem desse trágico fim ? (J., 2003, p.3)

A promoção realmente deve representar a promessa de crescimento ? (C., 2005, p.16)

No primeiro exemplo acima está explícita a marca do envolvimento do enunciador com o enunciatário virtual: *E por que, deve estar se perguntando o leitor...?*. No segundo e terceiro exemplos, verifica-se a marca de envolvimento marcada pela pontuação, mas de forma indireta, sugerindo até o ego-envolvimento. Também reflete a condição do aluno que está num momento vivido de questionamentos teórico-metodológicos que envolvem a formação acadêmico-profissional.

O uso de marcadores de valores argumentativos aponta objeções ou ressalvas que implicam uma mudança parcial de enfoque. *Mas* constitui o marcador prototípico dessa

modalidade de continuidade tópica, no entanto outros também aparecem (*porém, entretanto*). A mudança de enfoque se desloca do assunto em si para a esfera da subjetividade, pois o enunciador revela o seu ponto de vista divergente caracterizado pelo modo de pensar ou sentir.

**Porém**, parece que o pedido dos meninos era de um lar, um referencial e não uma casa que restringisse a liberdade desses. (A., 1998, p.39)

Tinha-se a intenção de se aprofundar na questão da inserção do PSF, **entretanto** o grupo mostrou-se bastante agitado (...). (A. et al. 1999, p.33)

**Mas** o que diz o empregador é que ele não se importa apenas em obter lucros, **mas** também beneficiar este que trabalha juntamente a ele. (D. e H., 2004, p.6)

O uso de conjunções coordenativas adversativas (*porém, entretanto, mas, no entanto*) expressa contraste, compensação, isto é, idéias que se opõem entre si. Assinalam um contraste de expectativas ao que foi posto pelo discurso anterior. Para Fraser (1994) apontam para um componente do significado que resiste ao tratamento de verdade incondicional. Também com o emprego das conjunções adversativas fica evidente o jogo das vozes que constitui o tecido discursivo porque por contraste se instaura o diálogo, com o discurso anterior, numa unidade de idéia.

Os sinais de pontuação e as nominalizações são dois artifícios linguísticos característicos da língua escrita. Os sinais de pontuação assinalam pausas, a entonação e o ritmo conferindo clareza e fluência ao texto. São recursos utilizados pelo enunciador para imprimir no texto escrito às características da língua falada.

No *corpus* analisado, do gênero didático-científico, foram encontrados poucos sinais de interrogação e, os sinais de exclamação foram mais raros ainda. O ponto de interrogação marca o tom de voz que se eleva (ascendente) e o ponto de exclamação expressa estados emotivos ou chamamento.

Como se penetrar, em um tema, se não se conhece sobre ele ? (M., 1999, p.1)

Desse modo, o que faz o psicólogo diante do homem que trabalha ? Que visão de homem e que filosofia de vida sustentam o trabalho do psicólogo ? ((L., 2003, p.8)

E o que ganham os trabalhadores ? Nada ! Estes trocam o seu suor, sua dignidade, pelo salário para que possam colocar comida em suas mesas. (D., 2005, p.28)

Outros funcionários por vezes caçoavam com comentários como: “Que moleza ! ” ou “Que vida boa ! ”. (G. e M., 2003, p.28)

Embora os sinais de pontuação sejam exclusivos da escrita auxiliam o enunciatário a construir, no seu imaginário, um diálogo virtual com o enunciador, identificando as marcas da sua subjetividade.

Os parênteses também são sinais de pontuação e constituem o processo de desativação que têm a função de completar o tópico em andamento sem introduzir um novo, apenas insere uma informação a mais no texto.

A motivação ao autodesenvolvimento e a responsabilidade educacional da gerência, habilitada a prever situações e propor soluções (**liderança estratégica e não burocrática**), serão as peças fundamentais para a efetivação deste novo paradigma. (L. e S., 1998, p.6)

Apesar disso, a escolha dessas práticas implicam em diferenças individuais (**de contexto e limite subjetivo de trabalho**) quanto ao que deve ser evitado, pois a penosidade varia de pessoa para pessoa. (A. et al, 1999, p.8)

Este tipo de trabalho (**questionários**) já foi exaustivamente utilizado pela empresa, sem um retorno para os funcionários, seja através de mudanças ou mesmo de um *feedback* acerca dos resultados. (L. e T., 2003, p. 18)

Os parênteses servem para intercalar termos, palavras ou expressões em um período. É mais um recurso que favorece o empacotamento da informação na unidade de idéia, ou seja, há maior densidade lexical.

Na escrita há mais tempo para o planejamento dos enunciados e artifícios linguísticos para aumentar o tamanho e a complexidade de uma unidade de ideia e um desses recursos são as nominalizações. A nominalização é o processo pelo qual “verbos e adjetivos se transformam em nomes que podem ser sujeito ou objeto de outros verbos ou objetos de preposições. (...) A nominalização permite que uma noção, que é verbal na origem, seja inserida numa unidade de idéia como se fosse um nome”, aponta Rodrigues (2001, p.28-29)

Apresentamos a seguir a **caracterização** das atuais equipes e o **desenvolvimento** do trabalho que realizam. (A., 1998, p.32)



Finalizando a **discussão** comparativa dos dados coletados, observou-se que existe um bom **relacionamento** (...). (S. e L., 1998, p.53)

Podemos dizer que o **comprometimento** organizacional é esse **ajustamento** entre o indivíduo e seu trabalho. (J., 1999, p.11)

Ou seja, a **identidade** é formada pela relação que se tem com o grupo social (...). (A. et al, 1999, p.9)

As nominalizações citadas nos exemplos acima são: *caracterização, desenvolvimento, discussão, relacionamento, comprometimento, ajustamento, identidade*, produzem o efeito de sentido de distanciamento normativo do gênero científico. Também é característica desse gênero o uso do discurso reportado. O discurso reportado cria o efeito de sentido de autoridade e verdade, assim, é construída uma rede de intertextualidade.

Ainda **de acordo com Amorim (1997)** vemos a questão da ambigüidade, ou seja, quando o indivíduo recebe informação inadequada ou insuficiente sobre os limites e conteúdo de suas instruções da empresa a qual não deveria estar seguindo, já que não é funcionário desta. (J., 1999, p.46)

**Segundo Chiavenato (1985)**, quando as pessoas estão satisfeitas no seu trabalho, a empresa consegue mantê-las. (L. e T., 2003, p.3)

**De acordo com Malvezzi (1985)**, os períodos pelos quais a psicologia organizacional já passou (...). Apesar desses diferentes momentos descritos pelo autor, ainda hoje é comum se encontrar profissionais cuja atuação é restrita à seleção e aplicação de testes em larga escala. (J. e L., 2006, p.3-4)

Os enunciadores nos três exemplos utilizam do discurso reportado para representar vozes de autoridade da comunidade discursiva no texto científico. Porém, no terceiro exemplo os enunciadores concordam com o autor citado, mas vão além e acrescentam uma objeção (*apesar*), que dá pistas da intersubjetividade entre os enunciadores e o autor do discurso reportado.

## 5. Considerações Finais

O estágio é uma experiência pessoal, portanto do mundo subjetivo, que o aluno tenta apagar as características nos enunciados escritos devido às coerções impostas pelo gênero discursivo. Há o jogo conflituoso entre subjetividade e objetividade, envolvimento e

distanciamento frente à própria experiência vivida. As marcas da subjetividade estão presentes nos enunciados escritos, portanto o enunciador necessita de melhor preparo para produzir o efeito de sentido de objetividade.

As condições de produção que permeiam a elaboração do relatório de estágio, determinadas inicialmente pela relação assimétrica existente entre aluno e professor, passando pelas diversas formações discursivas e ideológicas ligadas as abordagens teórico-metodológicas da psicologia, constituem uma rede de fios discursivos que o aluno ainda não consegue lidar muito bem, pois está no meio de um processo de construção do repertório profissional.

## 6. Referências

AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

BENVENISTE, Emile. **O homem na linguagem**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1992.

BERGER, Peter I.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BRAIT, Beth. Interação, gênero e estilo. In: PRETI, Dino (org.) **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2002.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Ver. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Para o estudo das unidades discursivas no português falado. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.) **Português culto falado no Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP, 1989.

CESAROTTO, Oscar; LEITE, Márcio Peter de Souza. **O que é psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos 133)

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C.V.O.; AQUINO, Zilda G.O. **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna**. São Paulo: Cortez, 1999.

FERNANDES, Luiz Carlos. A inscrição de subjetividades na tipologia discursiva do cotidiano. **Projeto de pesquisa**. Londrina: UEL/PROPG, 2006.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. 2. ed., 4. reimpressão, São Paulo: Ática, 2005.

FRASER, Bruce. Uma abordagem sobre marcadores discursivos. **Confluência. Boletim de Departamento de Lingüística**. Assis, SP: UNESP, 1994. p.132-160

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala a escrita: atividade de retextualização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo**. São Paulo: Cortez, 1989.

POSSENTI, Sírio. Sobre linguagem científica e linguagem comum. In: POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito**. Curitiba, PR: Criar, 2002.

RODRIGUES, Ângela C. Souza. Língua falada e língua escrita. In: PRETI, Dino (Org.) **Análise de textos orais**. 5. ed. São Paulo: Humanitas – FFCH-USP, 2001.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SOUZA, Solange Jobim e. **Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1994.